

Organização partidária: modelos de análise e novas agendas¹

Bruno Bolognesi¹ 

Apresentação

Há, a rigor, duas escolas dedicadas a analisar o modo com que os partidos políticos se formam e as consequências possíveis decorrentes da conformação das legendas. Há ainda uma terceira, que ocupa menor espaço e é mais recente. A primeira, inaugurada pela teoria das unidades partidárias de Key Jr. (1949), Duverger (1980) e Neumann (1955), inscreve-se sob o signo da abordagem evolutiva das organizações partidárias e tem dominado o *mainstream* na análise dos partidos (Katz; Mair, 1996; Wolinetz, 2002; Panebianco, 2005; Kirchheimer, 2012)². A segunda, e mais recente, inscreve-se na terminologia das mudanças institucionais discretas e tende a certa recusa do destino único e universal dos partidos políticos (Janda, 1980a; 1983; Harmel; Janda, 1982). Derivada desta segunda, um desdobramento recente reconhece os limites das explicações

tectônicas e universais e apresenta uma abordagem comparativa, visando a conclusões de médio alcance (Bolleyer, 2013; Tavits, 2013; Scarrow; Webb; Poguntke, 2017).

Também conhecida como *life-cycle theory*, a abordagem evolutiva dos partidos políticos aposta na linearidade das mudanças partidárias independentemente dos arranjos institucionais, da trajetória histórica e dos marcos legais em que estão inseridos os partidos políticos (Harmel, 2002). O postulado central é que os partidos políticos caminhariam no sentido geral do desenvolvimento e das transformações contextuais que atingiriam graus diferentes em pontos específicos do tempo nos países. Ou seja, à medida que a democracia deixasse de contar com as classes sociais, a tecnologia substituiria a participação política, a sociedade se fragmentasse e as demandas materiais fossem transformadas em necessidades simbólicas,

1 Este texto não seria possível sem a colaboração gentil de Oswaldo Amaral, a quem agradeço muitíssimo. Boa parte do texto dialoga com o escrito sobre organização partidária pelo cientista político da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi gentilmente compartilhado de modo que este texto atualiza e acrescenta ao debate feito (Amaral, 2013).

2 Ainda que Angelo Panebianco esteja inserido com os modelos de *life-cycle* dos partidos políticos, fica claro para o leitor mais atento que o autor partilha com a segunda tradição a aproximação que esta faz da teoria das organizações, preocupado com a distribuição de poder e com a capacidade da coalizão dominante em distribuir recursos organizacionais. Sua alocação com a primeira tradição se dá na medida em que Panebianco cunhou um modelo consagrado de partido político, o profissional-eleitoral, e inseriu-se no debate como parte de uma abordagem teórica preocupada em oferecer modelos gerais explicativos e não em explicar as mudanças partidárias de forma não linear.

¹Universidade Federal do Paraná – Curitiba (PR), Brasil. E-mail: brunobolognesi@gmail.com
Recebido em: 06/06/2020. Aprovado em: 25/09/2020

os partidos sairiam dos modelos de massa para os de partido *catch-all*, partido cartel, partidos movimento etc. Importante frisar que a intensidade e a temporalidade de cada mudança dependem de como essas mudanças ocorrem nos países ou nas regiões (Kooole, 1996; Carreras, 2012).

Já a segunda cepa de estudos está menos preocupada em oferecer uma explicação universal e linear dos partidos políticos. Em contrapartida, a tradição iniciada por Kenneth Janda (1975; 1983) propõe que as conclusões sobre os modelos de partidos carecem de acúmulo de dados e comparação (ainda que primeiros dados do autor sejam da década de 1960, ele é o primeiro a fazer uma análise comparada dos partidos políticos no mundo)³. Mais próximo da teoria organizacional, o diálogo dessa escola apresenta os partidos como um complexo de disputa de poder e controle de recursos. Nesse sentido, a linearidade cede lugar às mudanças incrementais, e a relação com o ambiente é permeável, mas não determinística. Os modelos fechados de partido político são deixados de lado em nome de comparações, com a comparação com base em dados empíricos em vez de modelos preconcebidos. O que, na última década, resultou no avivamento de uma adormecida agenda de pesquisas então frustrada com a baixa aplicabilidade dos conceitos eurocentrados (Helmke; Levitsky, 2004).

Essa nova agenda de estudos surge de dois movimentos que se sobrepõem: as novas democracias e seus partidos políticos e o incremento científico na ciência política que se dedica à área de partidos políticos. A centralidade dos partidos políticos em de-

mocracias de terceira onda, essencialmente na América Latina, na África e nos regimes pós-comunistas do Leste Europeu e de alguns países como Índia, Turquia, Israel, Coreia do Sul e Japão, colocou em questão a importância das relações entre partido e eleitor e do funcionamento da democracia (Cox and Rosenbluth, 1994; Yishai, 2001; Gunther; Diamond, 2003; Bogaards, 2004; Öhman; Square; London, 2006; Wills-Otero, 2009; Kwak; Janda, 2010; Hellmann, 2011; Tavits, 2013). As realidades impostas por essas recentes democracias levaram os teóricos a reexaminarem as teses sobre a prevalência de determinados modelos de partidos políticos — em maior medida dos partidos de massa como pilares das democracias industriais avançadas. O segundo movimento dá-se no campo da ciência política, e não da política. Com o avanço das técnicas científicas, o aumento do rigor nos testes de teoria e a facilidade na coleta de dados, um consenso forma-se a fim de captar melhor os dados partidários e conseguir estabelecer relações mais próximas das realidades em oposição às conclusões impressionistas e de longo alcance com base nas pesquisas na Europa ocidental (LaPalombara, 2007; Fretel, 2011; Borz; Janda, 2018). O resultado dessa inclinação dupla é que a área passa a estudar fenômenos específicos nos partidos políticos — processos de filiação (Scarrow; Gezgor, 2010; van Haute; Gauja, 2015), de seleção de candidatos (Bille, 2001; Hazan; Rahat, 2010), de formação de lideranças (Pilet; Cross, 2014), reforma partidária (Gauja, 2017), democracia interna (Van Biezen, 2000), unidade partidária (Willumsen, 2017), nacionaliza-

3 Para acesso aos dados, aos códigos e às publicações desse período de Janda, ver: <<http://janda.org/bio/parties/articles/Janda%201973.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

ção partidária (Caramani, 2004; Bochler, 2010) e outros. Além de analisar esses processos de forma compartimentada, há também um investimento na comparabilidade de países e casos, aumentando a extensão e a cobertura dos dados e, assim, fazendo que as conclusões diminuam em pretensão, ao gerar inferências de médio alcance e empiricamente robustas (Scarow; Webb; Poguntke, 2017).

O objetivo aqui é apresentarmos sinteticamente de que modo esse movimento teórico ocorre e como a concepção teórica de partido político muda ao longo dos anos na literatura, ainda que sua definição não sofra tantas mudanças. Mais especificamente, não estamos interessados em discutir as bases eleitorais dos partidos, o desempenho legislativo ou a institucionalização destes (temas sempre associados com a literatura partidária), mas sim em apontar de que modo os modelos de partidos políticos se transformaram ao longo do tempo, tendo em vista sua organização, suas dinâmicas internas e os constrangimentos que alteraram essas dinâmicas e as agendas de pesquisa.

O texto está dividido em três partes. A primeira, bastante resumida, esboça uma definição de partidos políticos, situando o leitor no debate sobre as terminologias e as funções dos partidos políticos nas democracias representativas. A segunda faz um levantamento sobre os modelos de partido que foram consagrados na ciência política. Por

fim, tentamos apontar os problemas desses modelos e de que modo as novas agendas de pesquisa no tema podem ajudar a rever tais concepções.

O debate em torno da definição de partido político

As definições de partidos políticos são tão numerosas quanto a existência desses nas democracias. Se possível resumir, pensamos que a literatura tem insistido em definir partidos por sua natureza, uma abordagem, portanto, *estruturalista*, ou definir os partidos políticos por suas funções, uma abordagem, então, *funcionalista*. Debateremos brevemente o conceito e suas abordagens nesse diapasão⁴.

A definição dos partidos políticos oscilou num *continuum* teórico que os coloca ora mais próximo de grupos de representação de interesses, ora mais perto de arranjos cunhados para solucionar problemas de ação coletiva (Schlesinger, 1984). Os partidos políticos seriam agrupamentos de indivíduos interessados em defender interesses comuns para assegurar o poder e/ou o governo (Epstein, 1967). Essa abordagem apresenta os partidos políticos como organizações em si, independentemente do impacto que estas possam ter nos sistemas políticos em que estão inseridas⁵. O clássico de Michels⁶ (1911) caminha para compreender o que as pessoas estão fazendo nos partidos, quais os processos ali inseridos,

4 Não entremos no debate sobre em que medida uma definição é um conceito ou vice-versa. O fato é que, para exprimir um conceito, o movimento de definir (excluir aquilo que não é o conceito) é imprescindível (Sartori, 1991). Para um debate sobre isso, ver Goertz (2006).

5 Ainda que, assim como na abordagem de escolha racional, esse possa ser um subproduto da organização partidária, o foco não está nos efeitos.

6 Ainda que a sugestão para o trabalho de Michels tenha sido dada por Weber, inicialmente a questão era entender o impacto do Partido Social-Democrata (SPD) alemão na mobilização de massas e seus efeitos para a democracia, um objetivo, portanto, funcionalista.

quais as práticas, as disputas e as atividades que fazem aquela organização distinta de outros partidos. Essa abordagem clássica da sociologia política se aproxima da abordagem estruturalista. Panebianco (2005) tenta alinhar a abordagem da distribuição de poder e da divisão do trabalho nas organizações e as práticas e as tomadas de decisão no interior delas. Os partidos são entendidos como um *frame* institucional para examinar a atuação de pessoas em seu interior, as funções⁷ então seriam responsáveis por constranger a estrutura, as práticas.

Essa abordagem não é específica suficientemente para colocar os partidos como instituições diferentes de outras como movimentos sociais, sindicatos, igrejas ou grupos de interesse. Assim é preciso que, além do objetivo final das agremiações, a função que elas exercem seja um critério para sua definição precisa. Os partidos são as instituições responsáveis por organizar a cacofonia de interesses, representações, programas políticos, ideias e formas de atuação política dispersos em dado país ou região para disputar o poder. Os partidos realizam essa função de três diferentes formas:

- selecionando candidatos e organizando a competição eleitoral;
- agregando interesses e canalizando o debate público;
- conduzindo as tarefas de governar e legislar.

Sartori (1980), por exemplo, é claro em dizer que o elemento eleitoral prescinde da definição de partido político. Seja no interior do partido ou entre pares, não há senti-

do histórico na existência dessas organizações senão quando a eleição é a forma para movimentar a representação política⁸. Para perseguir o poder, o partido foi o responsável por criar compromissos, organizar as ambições e permitir que os governos pudessem realizar a tarefa de implementar políticas públicas. Em resumo: não há modos de haver eleições e democracia representativa sem que as agremiações partidárias atuem como centro do sistema político (Seiler, 2000).

Mesmo se tomarmos o clássico debate de Downs (1999), em que o partido aparece como um meio para coordenar e concretizar as aspirações egoístas de seus membros, os objetivos dos partidos são coletivos; e os meios para atingi-los, institucionais. A não ser no campo da psicologia, não há forma para abordar partidos políticos fora do ambiente institucional, das regras eleitorais e da relação entre estas e os objetivos de partidos e eleitores. É por esse mecanismo que os partidos se fazem necessários. Mesmo ante o pressuposto da escolha racional e da maximização no nível do indivíduo, os partidos cumprem a função como um “mal necessário” para que as aspirações individuais sejam plasmadas como plataformas de interesses coletivos.

Apesar de contarmos com uma definição mínima⁹ e que separa os partidos de outras instituições que habitam o universo político-eleitoral — como financiadores de campanha, grupos de interesse e governos, as diferenças na forma com que os partidos organizam a representação política variaram ao longo do tempo e do espaço. Na seção

7 Importante não confundir as funções, o controle das zonas de incerteza, do ambiente, do recrutamento, das finanças etc. com o objetivo do partido e cair no que o próprio Panebianco aponta como falácia teleológica.

8 Ainda que Sartori admita sistemas de partido único, o autor argumenta que o elemento de competição eleitoral nesses sistemas está no interior do partido, e não entre eles.

9 Para um descritivo resumido e completo sobre a definição de partido político, ver Katz (2020, p. 214-216).

seguinte, tentamos sumarizar as mudanças organizacionais dos partidos neste sentido, apresentando os principais movimentos que estiveram nessa esteira.

Modelos de partidos: paralelos dissonantes

Não há como negar que exista uma abundância de trabalhos que levem em conta a questão dos partidos políticos. Não há sequer um *handbook* editado por cientistas políticos em que o tema dos partidos não conste¹⁰. Contudo é a abordagem desses estudos que nos preocupa. Existe uma infinidade de trabalhos que mostram onde os partidos políticos operam e atuam — eleições, governos, parlamentos, movimentos sociais, sindicatos e outras tantas esferas do mundo político e social —, mas os estudos sobre os partidos políticos em si ainda são escassos, dotados de baixa capacidade comparativa e dispersos no tempo (Harmel, 2002)¹¹.

Sendo assim, nosso foco aqui será nas explicações que tratam da vida interna dos partidos políticos. A organização partidária, a morfologia dos partidos, a distribuição de poder em seu interior, a relação com os filiados e com o ambiente que os circunda. Deixaremos de lado as concepções de partido político que buscam entender o impacto destes em outras instituições, como o sistema partidário, o governo, o sistema eleitoral, as políticas públicas ou o Estado¹².

*Organização, poder e party life-cycle*¹³

Em primeiro lugar, precisamos definir o conceito de organização partidária. Sendo bastante econômico: a organização partidária é o complexo de padrões estruturados de interação entre seus membros em distintas esferas e níveis ditados por regras formais ou por normas informalmente estabelecidas. Essa definição está preocupada com as dinâmicas internas dos partidos políticos. Janda (1980b, p. 97) apresenta uma definição que adiciona à organização os elementos da *estratégia* e da *tática* em que a organização serviria como plataforma executória para que os membros agissem em busca dos objetivos partidários. Ainda que os autores não sejam cristalinos em suas definições, isso fica claro nos desenhos de pesquisa. Tanto Janda (1980b) quanto Tavits (2013), que partilha da definição, estão interessados em saber o impacto da organização partidária na conquista de votos, por conseguinte, nas vitórias eleitorais. Não será nosso objetivo aqui. Como dissemos anteriormente, o foco será nas dinâmicas internas dos partidos políticos, suas estruturas, dinâmicas e os modelos tipológicos que dali frutificaram.

É importante, no entanto, realizar uma distinção entre *organização* e *estrutura organizacional*¹⁴ dos partidos políticos. A literatura tem tratado, ao longo de seu desenvolvimento, os termos de forma intercambiável ou como equivalentes (Sáez; Freidenberg, 2000; Guarnieri, 2010). Ainda que isso seja

10 Sobre isso, ver: Box-Steffensmeier, Brady e Collier (2008), Morgan *et al.* (2009), Nohlen (2005), Caramani (2011), Boix e Stokes (2007).

11 A ponto de Harmel sugerir que os estudiosos de partidos políticos no mundo todo deveriam utilizar o modelo de Panebianco (2005) como *framework* universal para permitir maior comparação no tempo e entre países e partidos.

12 Para uma revisão sobre esses tópicos, ver Rose (1984) e Lawson e Poguntke (2004).

13 Ignoramos aqui as abordagens clássicas feitas pela filosofia política, como as de Edmund Burke ou de John Stuart Mill. O fazemos para manter o foco na questão da organização partidária.

14 Especificamente o tema da estrutura organizacional será retomado mais adiante.

razoável ao seu tempo, já temos acúmulo teórico para separar uma coisa de outra. A organização partidária contém a estrutura organizacional, mas analiticamente se diferencia dela. Enquanto a organização partidária está preocupada com a distribuição de poder, com *quem* e *como* se realizam as *hard choices* no partido, a estrutura organizacional é a plataforma em que essas decisões acontecem. É a ossatura que constrange e dá suporte para que líderes, burocratas, profissionais e filiados possam trabalhar para atingir os objetivos dos partidos. Enquanto os processos que mensuram a organização se dedicam a medir os equilíbrios no uso de recursos disponíveis para tomada de decisão, *i.e.*, um aspecto comportamental dos partidos, a estrutura organizacional aponta para a máquina partidária e a disposição desses recursos em dado território e ponto do tempo (Tavits, 2012; Scarrow; Webb; Poguntke, 2017).

Feita a ressalva anterior, comecemos pelas organizações. Os primeiros estudos sobre partidos políticos (Michels, 1911; Weber, 1999) apontavam para o *life-cycle* como modo de entender a mecânica e o destino dessas agremiações. Ainda que ambos autores estejam inseridos na escola da sociologia política dos partidos, de modo que é o *enfranchising* que move os autores a tentarem estabelecer a relação entre comportamento eleitoral e partido político como ponto de partida de análise. A relação entre representante e representado se dá, para esses autores, por meio do voto sociológico: a noção de que processos de socialização política levam ao comportamento engajado e leal para o voto e a participação. O mesmo ocorre com Duverger (1968), que parte das classes sociais para estabelecer a re-

lação entre o comportamento e a origem social dos agentes e a organização dos partidos socialistas, nazifascistas, social-democratas, democratas-cristãos etc.¹⁵.

Tanto Weber como Michels, contudo, indicavam uma teoria geral em que a burocratização, a profissionalização (para o primeiro) e a oligarquização (para o segundo) seriam o destino das legendas em toda parte. Independentemente de ideologia ou origem, os partidos políticos estariam fadados a tornarem-se instituições ocupadas por pessoal técnico e por políticos cada vez mais especializados desempenhando funções independentes caracterizando máquinas eleitorais em busca da manutenção de seus quadros no poder.

Os partidos teriam um destino, um ciclo de vida que independeria da origem do partido, do pessoal que se envolveu em sua criação ou do ambiente que o partido experimentou ao longo dos anos. Michels, ao analisar o Partido Social-Democrata (SPD) alemão, mostra como um partido de origem externa, composto de trabalhadores, com canais de participação e dependência de filiados e eleitores, caminhou para a oligarquização. Segundo o autor, a dita “lei de ferro da oligarquia” está diretamente ligada à organização. Na medida em que o partido cria funções específicas para a divisão do trabalho, implementa burocracia remunerada, estratifica suas decisões, o destino não será outro que não uma organização marcada pela dominância de poucos sobre muitos, nas palavras de Michels (1911, p. 238), dos “mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam”.

Inspirado pela corrente elitista que toma corpo no começo do século XX, o autor

15 A classe social e o voto sociológico deixam de ser fatores explicativos e conformadores da organização partidária a partir dos trabalhos de Kirchheimer (2012) e Epstein (1967).

credita à incapacidade das massas em gerir uma organização complexa tecnicamente o surgimento de um corpo de dirigentes que, ao longo do tempo, tenderão a interessar-se pela sobrevivência da própria organização para assegurar suas posições na estrutura burocrática e ignorar as motivações que foram a centelha do partido em seu surgimento. A lei politológica de Michels aponta que a gestão das organizações políticas nem sempre acompanha o passo de seu desenvolvimento democrático¹⁶, privilegiando a autonomia dos líderes em relação ao baixo poder decisório por parte das bases.

A partir de Duverger (1980), a retomada da questão da organização ganha novas cores¹⁷. Com uma metodologia comparada, o francês tenta elaborar uma teoria geral para os partidos políticos com base na diversidade de arranjos organizacionais analisados. A grande contribuição do autor foi mostrar que não havia um *life-cycle* para os partidos políticos como um todo. A origem partidária seria central para determinar o arranjo organizacional que o partido conformará. Ou seja, a origem do partido no interior do parlamento ou fora dele aparece como a variável explicativa da morfologia das legendas políticas. Segundo essa proposição, os partidos políticos seriam divididos em *partidos de massas*, de origem externa, e *partidos de quadros*, com origem nos parlamentos. Ou seja, a origem não poderia ser desprezada como variável explicativa. Mas não era inteiramente

te a explicação sobre como os partidos se organizariam. A classe social de seus membros, a relação com organizações assessorias (como sindicatos, igrejas, milícias) seria também determinante na conformação organizacional das legendas e, portanto, varia com o tempo e o lugar.

A partir de meados do século XIX e início do século XX, a expansão do sufrágio universal coloca ante os partidos estabelecidos o desafio de ter de lidar com uma massa de eleitores então alijada do direito ao voto (Przeworski, 1989). O autor francês é quem aponta que fatores ambientais passaram a exercer um peso maior na forma com que os partidos se comportariam. A inclusão de um contingente de eleitores antes não habilitados permite que movimentos de trabalhadores, antes espectadores políticos, passem a organizar-se, formando partidos políticos para defender seus interesses. A formação dessas legendas caracterizou os partidos de massas que, dada sua origem extraparlamentar, apresentaria organização diametralmente oposta aos partidos de quadros.

Os partidos de quadros são caracterizados principalmente pela prevalência de notáveis que já compunham parte do parlamento quando do surgimento do partido. Sua origem interna ao parlamento será então central para definir o arranjo do partido. A independência dos líderes em relação à organização faz que o partido possua fraca articulação entre suas partes, apresente baixa

16 É precisamente esse movimento que leva Michels a entender a democracia como uma consonância entre líder e liderados, dispensando de sua tese a existência de mecanismos de participação e voz das bases nas decisões políticas (Hands, 1971).

17 Neumann (1955) poderia facilmente ser colocado ao lado de Duverger como um clássico. Contudo o autor utiliza uma tipologia bastante parecida falando em *partidos de representação individual* (semelhante aos partidos de quadros) ou *partidos democráticos de massa* (semelhantes aos partidos de massas), de modo que o debate terminológico pode ser visitado no apanhado de Panebianco (2005) ou no de Gunther e Diamond (2003). A releitura que Ware (1996) realiza de Duverger (1980) foca a dimensão da filiação, mas ainda discute a classificação dos partidos com base nas categorias de *elite-based* e *mass membership*, assemelhando-se às de Duverger.

intensidade de participação, descentralização, dependência de mecenas para seu financiamento e concentração de poder na esfera parlamentar da organização.

Já os partidos de massa apresentariam então alta intensidade na participação interna, forte articulação entre as estruturas do partido, fonte de financiamento advinda dos membros do partido, forte doutrina e domínio do partido sobre os seus parlamentares eleitos. Segundo Michels (1927), é justamente a força da organização a ferramenta encontrada pelos trabalhadores para disputar em igualdade com os já estabelecidos notáveis na arena política.

Os partidos políticos são constrangidos pelo aumento do sufrágio, pela organização dos trabalhadores, de modo que mesmo os partidos de quadros sofreriam do *contágio pela esquerda*, vendo-se obrigados a atender às demandas dos eleitores para manterem-se no poder e adequarem-se ao novo jogo democrático (Wolinetz, 2002). Os partidos de quadro passaram a absorver *features* dos partidos de massa para garantir sua própria sobrevivência. Em contrapartida, Epstein (1986), 20 anos depois, defendeu que mais provável seria o *contágio pela direita*, em que os partidos europeus passariam a adotar o molde americano. Os partidos passariam a atuar como empresas e ter o voto como moeda de troca, enxugando as pesadas estruturas de burocracia e filiação. Entre Duverger e Epstein, o primeiro foi mais preciso para descrever a *era de ouro* dos partidos europeus, em que o modelo de partido de massa tornou-se a norma e a receita para o sucesso eleitoral (Janda; Colman, 1998). Epstein teve seu sucesso anos mais tarde, nas décadas

de 1970–1980, com os declínios dos partidos e dos processos de filiação e mobilização e a substituição progressiva por meios de comunicação e profissionais técnicos como formas para atrair simpatizantes e eleitores (Scarrow; Gezgor, 2010; Van Biezen; Mair; Poguntke, 2012).

Ao tentarem se adaptar às exigências de novas formas de se fazer política, os novos comportamentos dos partidos chamam a atenção de alguns analistas na medida em que deixam de cumprir o destino do *contágio pela esquerda*. Kirchheimer (2012) sistematiza um modelo que tenta captar o então estado e o movimento dos partidos políticos¹⁸. Senão, vejamos: os partidos do tipo *catch-all* tendem a dar menos importância à ideologia e a fortalecer o papel decisório das lideranças na condução do partido. Ao mesmo tempo, os líderes deixam de ser constrangidos pelas demandas das bases de filiados, já que a organização não direciona seus apelos por votos para um grupo ou uma classe social específica. O partido abre-se para diferentes matizes sociais e interesses diversos a fim de conquistar a maior diversidade de simpatizantes possível.

O advento do tipo *catch-all* de partido busca adequar a resposta dos partidos políticos às condições sociais e econômicas vividas em uma nova Europa. O Estado de bem-estar conquistado (em grande medida, pela atuação dos partidos social-democratas, o padrão ouro dos partidos de massa) promove uma gradual redução do peso das clivagens classistas plasmadas nos partidos políticos e da ideologia como elemento para a decisão de apoio e para sua atuação. Com direitos básicos garantidos, os apelos classis-

18 Wolinetz (2002) aponta que os modelos de partido são sempre constrangidos pelos partidos de seu tempo, o que se torna um problema metodológico de comparabilidade e validação conceitual não previsto pelos autores que os cunharam.

tas e ideológicas passam a ter menos peso para a maioria da população, obrigando os partidos de massa a ampliar o seu foco de atuação. Para isso seria preciso uma flexibilização da organização partidária, oferecendo mais autonomia para os líderes e atomização dos aderentes.

Aparentemente os partidos nas décadas de 1960 e 1970 pareciam de fato comportarem-se como o descrito por Otto Kirchheimer. Com a massificação da comunicação, faria ainda menos sentido em possuir uma estrutura *pesada* como a de partidos de massa quando se era possível atingir facilmente grande parcela do eleitorado, se não o eleitorado todo. Em contrapartida, não ocorreu um abandono completo das características dos partidos de massas ao longo do tempo. Houve uma adaptação a fim de manter, quando possível, “o melhor dos dois mundos”. Assim, o trabalho de Panebianco (2005) retoma o tema da organização partidária apresentando um modelo que tenta captar com maior precisão as nuances dos partidos políticos.

O que Panebianco remonta, como uma releitura de Michels por meio de Duverger, é que os partidos políticos podem percorrer caminhos diferentes levando ao mesmo estágio institucional. Não haveria um trilho comum, como supunha Michels (1911), por onde passam todos os partidos. Não há,

em contrapartida, como supunha Duverger (1970), um modo fatalista de determinar o arranjo organizacional dos partidos conhecendo somente sua origem. De outro modo, a proposição de Panebianco é fazer a análise dos partidos pela distribuição de poder, uma perspectiva baseada principalmente na abordagem organizacional clássica, rearticulando a abordagem estruturalista dos partidos políticos (Schlesinger, 1984). O sucesso do modelo por ele proposto se deu em grande medida por sua caracterização da organização partidária não mais como uma estrutura *formal* hierárquica (como frequentemente aparece em Duverger quando compra a realidade exposta pelos partidos como a realidade da análise política)¹⁹. A proposta é que se olhe para *quem* controla e *o que* controla²⁰ no interior do partido, assumindo uma disposição assimétrica de poder como *framework* da organização partidária.

A combinação das características dos partidos *catch-all* com o crescente peso de profissionais do partido²¹ levaria ao surgimento do partido *professional-eleitoral*. Seria composto de três fatores que constituem a dimensão do modelo genético e de outros dois que contemplam a dimensão da institucionalização.

O modelo genético é assim apresentado:

- desenvolvimento do partido pela *penetração territorial*, quando o centro

19 Por exemplo, quando Duverger diferencia os partidos comunistas dos socialistas apenas pela estrutura descentralizada no primeiro, com células, e centralizada no segundo, com comitês. O problema desse formalismo é não saber em que medida cada uma dessas estruturas *decide o que* no partido.

20 Não iremos listar aqui as partes fundamentais do partido que revelam a distribuição de poder, as chamadas *zonas de incerteza*. Basta saber que processos fundamentais, como a captação de recursos, a comunicação ou a seleção de candidatos, o domínio da técnica, são centrais e capazes de revelar a organização do partido lançando mão da ótica da distribuição de poder.

21 Panebianco (2005) lista vários profissionais do partido, que vão desde os burocratas que realizam as funções rotineiras do partido até os profissionais ocultos que são responsáveis pela patronagem partidária no interior do Estado. Não convém entender o debate aqui sobre os técnicos de *staff*; sobre os burocratas executivos, representativos ou semiprofissionais.

do partido controla a expansão para a periferia, ou desenvolvimento por *difusão territorial*, quando as elites locais e regionais expandem o partido independentemente do controle central;

- patrocínio do partido por uma instituição externa (sindicato, igreja, associação, movimento social, empresa), o que define se o partido possui *legitimação interna* ou *legitimação externa*;
- presença de um líder carismático ou não, de forma que o partido pode se tornar dependente do carisma do seu líder e institucionalizar-se fracamente, por exemplo.

A origem do partido, o modelo genético é, segundo Panebianco, o principal ponto que definirá o seu processo de institucionalização. É a relação entre o modelo originário e os fatores ambientais, como a participação (ou não) em governos, as derrotas eleitorais, a permanência do patrocínio, que define que tipo de institucionalização o partido vai apresentar, se forte ou se fraca. É aqui que se percebe o peso da teoria de Maurice Duverger no modelo cunhado, como a origem exerce um papel central e como temos elementos mais robustos para sua análise que vão além da distinção entre *origem interna* (parlamentar) e *origem externa* (extraparlamentar) presente no modelo duvergeniano.

Institucionalização é definida como a conquista de autonomia da organização partidária em relação aos anseios e aos objetivos de seus filiados na origem e a reificação da

organização em relação aos seus membros transitórios. Um partido deve ter seu grau de institucionalização mensurado por:

- grau de *autonomia* da organização em relação ao ambiente;
- *sistematicidade*, que é o grau de interdependência entre as esferas do partido.

Ou seja, o quanto o partido é capaz de possuir suas próprias regras, tomar suas decisões e sustentar-se financeiramente de forma independente e o como a complexidade organizacional não permite que indivíduos isolados possam monopolizar os processos decisórios no interior do partido²². É a passagem de um sistema coletivo de solidariedades, em que predomina a ideologia e o pertencimento, para um sistema de interesses, em que a ideologia perde força e incentivos seletivos passam a sustentar a adesão e a militância pelo partido²³.

A adaptação que o autor realiza do partido *catch-all* aproxima não só o modelo de partido profissional-eleitoral da realidade da Europa ocidental, mas também permite que as análises sobre os partidos políticos sejam mais flexíveis e aplicáveis a diferentes lugares do mundo, aumentando a comparabilidade dos achados empíricos. Contudo, restringindo-nos ao que o autor encontra, com base no seu modelo para as legendas europeias, o partido *profissional-eleitoral* funciona como um tipo ideal em que o papel central dos profissionais e dos representantes eleitos leva o partido a flexibilizar suas relações com a base, dado que o finan-

22 Em alguma medida, o conceito de institucionalização de Panebianco é uma redução das dimensões elaboradas por Huntington (1968) sem a devida análise sobre outras variáveis que podem conferir outros matizes a esse modelo. Para um debate sobre o conceito de institucionalização partidária, ver Randall e Svasând (2002) e Levitsky (2009).

23 É preciso dizer que a passagem de um sistema para outro não apaga completamente o anterior. A ideologia latente é importante para a atração de votos, assim como mecanismos de identidade mantêm a coesão da base expandida e oferecem espaço de manobra para a coalizão dominante do partido.

ciamento e a gestão financeira passam a depender das contribuições dos eleitos e dos profissionais do partido, respectivamente²⁴. O resultado é a manutenção dos líderes e o crescimento da autonomia destes para a sobrevivência do partido e de seus cargos. Ou seja, a entrada dos profissionais de partido altera a organização partidária. Desse modo, o caminho dos *partidos de massa* como modelo teórico e político estaria se aproximando cada vez mais de um tipo complexo de partido *catch-all*, apontando, historicamente, na direção oposta do *contágio pela esquerda* de Duverger.

O que explicaria essa transformação? O primeiro fator seria a transformação nas estruturas de reprodução das relações de trabalho e das dinâmicas político representativas na sociedade. A migração dos trabalhadores afastando-os do setor secundário, a ampliação do setor de serviços e o crescimento das profissões liberais teria imposto uma lógica pulverizada e de difícil mobilização para a atuação pela lógica classista dos partidos de massa. O segundo fator estaria ligado à mudança na forma da comunicação política dominando então a lógica dos meios de comunicação de massa. As técnicas de propaganda política modificam-se em velocidade e alcance (mais rápidas e atingindo mais pessoas numa distância maior). Esse segundo fator cria mudanças de duas ordens:

- a criação de um *staff* especializado em manejar a comunicação moderna, dando peso aos burocratas e terceirizados desse campo na estrutura do partido e

substituindo a função dos mobilizados políticos e dos quadros partidários formados para agitação política, treinamento e captação de novos membros (funções típicas dos partidos de massa);

- a constante redução dos partidos como locus físico para atividade política coletivista, o eleitor passando a ter um peso atomizado, tornando mais difícil a mobilização corporativa ou classista e dando a cada indivíduo a opção de escolha sobre a recepção da mensagem política (Scarrow, 1996).

Não parece que Panebianco (2005) distancie-se severamente do modelo de partido *catch-all*; contudo, a introdução do pessoal técnico profissional aproxima o modelo de partido profissional-eleitoral da realidade disposta na maior parte das democracias contemporâneas, em que o peso de advogados, publicitários, *electoral bosses*, cientistas políticos, contadores e *spin doctors* cresce à mesma medida que se disputam eleições, e a organização partidária molda-se a essas circunstâncias, o burocrata de carreira cedendo espaço para a especialização técnica.

Seguindo a cronologia da teoria partidária numa grade de leitura simplificada, Katz e Mair (1995), com base nas evidências também da Europa ocidental, apontam dois conjuntos de fatores que modificavam a relação dos partidos na *realpolitik* e seus respectivos modelos teóricos de análise. O distanciamento dos partidos em relação à sociedade, como já apontado anteriormente

24 Mesmo reconhecendo, como faz o autor ao fim do livro, que a composição social do partido joga algum peso em seu processo de institucionalização. Podemos pensar, por exemplo, que um partido em que a composição hegemônica é dada por pertencentes a ocupações de alto *status* social e alta renda, há uma independência maior dos membros em relação à organização. Em contrapartida, um partido em que os *rank and file* não possuem ou possuem pouco capital político dependem mais da instituição para sua sobrevivência política, o que remonta, em certa medida, ao argumento de Duverger sobre a relação entre origem social e organização partidária.

por Panebianco (2005), levaria a um duplo equívoco por parte da ciência política, especialmente da comparada. O primeiro seria de coloração normativa, trazendo o modelo de partido de massa como um imperativo teórico. O segundo, derivado do anterior, seria empírico, na medida em que se desconsiderou amplamente o papel do Estado na relação com as organizações partidárias. Reexaminar a relação dos partidos com o Estado é, então, o primeiro esforço que direciona a teoria partidária a se afastar de abordagens normativas, oferecendo ao leitor um modelo que contempla o movimento dos partidos de forma sistêmica (Fretel, 2011). O modelo de partido *cartel* introduzido por Katz e Mair (1995) seria a transformação seguinte dos partidos políticos para atender às mudanças ambientais e na caminhada desses partidos para o interior do Estado.

Segundo Katz e Mair (1995), o modelo de partido *cartel* teria avançado na relação de dependência com o Estado para garantia de sua sobrevivência. Na medida em que a sociedade, desde a descrição do partido *catch-all*, já não respondia mais pelo grosso que suportava os partidos, eles se adaptaram para garantir recursos em outra esfera de atuação. A relação de dependência com o Estado teria então como principais indicadores:

- a garantia do acesso aos meios de comunicação de massa, principalmente a TV e o rádio;
- o Estado como fonte de material humano para os partidos, sendo responsável por recrutar e treinar a burocracia partidária nos afazeres políticos, por exemplo, na justaposição entre as assessorias parlamentares e os funcionários de governo atuando a serviço do partido, ou por meio de repasses de recursos dos membros que ocupam cargos na estrutura estatal para seus respectivos partidos;

- as funções dos partidos, a vida cotidiana e os processos partidários são cada vez mais regulamentados pelo Estado;
- o Estado passa a legitimar os partidos políticos na medida em que só se reconhecem como *political players* aqueles partidos que ocupam posições no interior do próprio Estado;
- por meio de patronagem partidária, no sentido que o Estado seja lócus anterior de recrutamento para a trajetória política dos membros do partido ou fornecendo recursos para o próprio partido e os grupos sociais que dele fazem parte.

A inserção dos partidos políticos no interior do Estado apresenta consequências relevantes tanto para a organização do partido (Rahat; Hazan; Katz, 2008) quanto na relação destes com a sociedade (Katz; Mair, 2011). Até então os modelos de partido de massa previam que eles atuariam como intermediadores entre a sociedade civil e o Estado. A novidade teórica proposta pelo partido cartel é a posição do Estado como intermediário entre sociedade e partidos políticos. Desse modo, a disputa interpartidária torna-se não mais apenas vencer as eleições por meio do acúmulo de votos, mas principalmente garantir o acesso aos recursos estatais (tempo de televisão, cargos comissionados e subsídios, por exemplo) essenciais para a sobrevivência da organização. Essa lógica levaria à atuação cartelizada dos partidos que, independentemente de suas origens ou colorações partidárias, passariam a atuar em bloco para pilhar o Estado e bloquear a ascensão de novos partidos (Katz; Mair, 1995).

Apesar da distinção em relação ao tipo *catch-all*, não foi sistematizado um desenho organizacional para como o partido cartel funcionaria, qual a relação no interior do

partido e nas suas subunidades (ainda que a sugestão da estratárquia apareça claramente no quadro elaborado para definir o partido cartel)²⁵. Recentemente alguns autores sugerem que a forma *estratárquica* seja a que melhor se ajusta a esse tipo de agremiação e tentam sistematizar como esse formato funcionaria (Carty; Cross, 2006). A organização em estratos seria a chave para um partido com centralidade no topo e uma plataforma em comum, mas com flexibilidade em suas subunidades, de modo que elas tivessem autonomia em relação ao partido central desde que não rompessem o acordo em torno de uma plataforma comum (não necessariamente programática). Os partidos funcionariam numa espécie de *franchise*, e as subunidades seriam como filiais de uma empresa, fazendo o trabalho de chão de fábrica, mas desfrutando dos recursos arregimentados no Estado pela coalizão dominante do partido (Carty, 2004)²⁶. Esse tipo de organização é a tônica do sistema personalista e de partidos enfraquecidos no Canadá (Carty; Cross, 2010). Nesse sistema, a organização central apenas opera *corretores* (*brokers*) de voto nas províncias onde o partido possui suas subunidades. Os laços com as lideranças locais são frouxos, e o clientelismo e a patronagem são os recursos que o partido utiliza para manter a ligação entre os estratos inferiores e o *central office*.

É digno de nota o subtipo *business firm* de partido (Hopkin; Paolucci, 1999; Mazzoleni; Voerman, 2016). Ainda que seja uma forma de organização pontual e não conte com uma onda em diversos países, vale observar que, embora estratárquicamente estabelecido, possui algumas diferenças. O *business firm party model* é caracterizado por uma ausência de membros nas bases e nos escritórios do partido. Usualmente a relação é com colaboradores eventuais, profissionais de eleições e campanhas e ausência de qualquer lastro programático ou ideológico²⁷. O partido, em alguns casos, como na Itália, fica refém de seu líder, dado que as estruturas para ação política são fluidas e intermitentes, muitas vezes coincidentes com a organização patrocinadora do partido — no caso italiano, a empresa possuída pelo líder teve seus escritórios de negócios como escritórios partidários. Em outros países, como Suíça e os Países Baixos, partidos do tipo empresa tiveram também as mesmas características: centralidade organizacional em torno de um líder, subunidades partidárias com autonomia e flexibilidade e ausência de lealdades entre filiados (na maior parte das vezes funcionários da empresa do líder do partido, do Estado governado pelo líder ou relações informais com lideranças locais). São partidos que contam com o voto sem contar com a participação de pessoas em nenhuma de suas decisões. O poder é centrado no líder e em poucos profissionais que

25 Vale dizer que são poucas as contribuições empíricas que testam se os modelos de partido “cabem” na realidade. Enquanto há um trabalho monumental de Krouwel (1999) sobre os partidos *catch-all* na Europa, desconhecemos trabalho semelhante sobre, por exemplo, partido cartel, o que tornou o tipo cartel alvo de muitas críticas por apresentar uma proposição ousada sem um trabalho empírico robusto por trás (Katz; Mair, 1996).

26 Novaes (2015) apresenta um conceito muito semelhante e classifica tal forma de organização como *partidos modulares*. Ainda que reconhecamos a diferença no comportamento eleitoral por meio dos *disloyal brokers*, a organização interna do partido modular não parece ser diferente do estratárquico.

27 Este é um paradoxo interessante trazido pela introdução desse modelo. Ao mesmo tempo que a falta de ideologia e de um programa faz um partido ser flexível e atrativo para diferentes eleitores, acaba por criar uma relação superficial incapaz de fidelizar simpatizantes, sobreviver a derrotas eleitorais consecutivas e traçar planos de governo e políticas públicas coerentes (Hopkin and Paolucci, 1999, p. 315).

o circundam e as relações são clientelísticas e estabelecidas de forma horizontal entre as subunidades, com lideranças locais em busca de votos nos anos eleitorais.

Vale ressaltar que as explicações acerca do surgimento de novos modelos de partidos sempre carregam em si o ocaso dos antigos modelos como variável independente para o advento dos novos. Assim, a falência dos partidos de massa, já não respondendo mais ao tipo de sociedade e política em que estavam inseridos, é uma das razões para a ascensão dos partidos do tipo *catch-all*. Da mesma forma, a incapacidade dos partidos *catch-all* em sobreviver num ambiente de baixa participação política (eleitoral e, principalmente, partidária), o crescimento da volatilidade eleitoral e o distanciamento dos líderes de partido em relação às bases “empurram” os partidos políticos para o interior do Estado. Esse aspecto sequencial da teoria partidária denota a passagem do tempo e a forma com que os partidos se organizam na linha histórica das democracias representativas ocidentais, onde cada novo tipo de partido provoca reações em cadeia que estimulam o desenvolvimento de um modo subsequente de organização partidária (Katz; Mair, 1995, p. 6).

Entre o surgimento dos modelos *catch-all* e cartel, alguns subtipos partidários aparecem na literatura, como os *New Politics parties*, mas ficaram ausentes do grande debate teórico porque seu sucesso eleitoral é secundário, ainda que capaz de estabelecer essas organizações na Europa ocidental. São principalmente os subtipos chamados de *partidos de protesto*, *partidos de nicho* e *partidos movimento* que surgem no fim dos anos 1970 e começo dos 1980 puxados pelos partidos verdes (Pogun-

tke, 1989; Meguid, 2005). A derrocada do *welfare state*, o fim das políticas classistas, o surgimento de uma nova classe média e a imigração foram os pilares para que, nas franjas dos sistemas partidários, partidos de protesto à direita e à esquerda trouxessem uma negação do modelo consolidado pelas agremiações social-democratas — grandes partidos de massa. Origina-se dessa onda também a principal crítica empírica ao modelo de partido cartel como imperativo organizacional. Na medida em que esses partidos surgem temporalmente juntos com os sistemas partidários cartelizados, a literatura aponta que são movimentos opostos à cartelização, oferecendo uma resposta não linear à teoria do ciclo de vida dos partidos europeus.

Como partidos pequenos, essas organizações puderam se estabelecer de formas diferentes, ora integrando coalizões de governo, ora como *outsiders* ao sistema. Alinhados ao ambientalismo e ao antinuclearismo, os partidos verdes e ecológicos primavam por uma organização horizontal e incentivavam formas de exercício democrático direto. Ao mesmo tempo buscavam constranger o caráter individual da liderança utilizando mecanismos de liderança coletiva. Ainda, os mandatos representativos poderiam ser rotativos, de modo que nenhum membro pudesse cristalizar recursos de poder por muito tempo com a organização. O tempo foi duro com tais iniciativas, e em diversos países os verdes renderam-se à lógica tradicional dos partidos políticos flexibilizando suas plataformas em busca do voto e criando mecanismos de liderança e centralização (Poguntke, 1987a; 1987b).

Em contrapartida, partidos de protesto surgem concomitantes à direita²⁸

28 A literatura classifica tais partidos também como *new populists*, mas há um debate inflamado sobre a natureza política desses partidos com detalhes terminológicos impossíveis de serem aqui debatidos. Para detalhes sobre, ver Mudde (1996; 2010).

dos pares verdes e ecológicos. Geralmente, esses partidos estão preocupados com o nacionalismo e, como consequência ou justificativa, com a crescente questão migratória que atinge a Europa ocidental. Mas, de modo diverso, são organizações centralizadas e usualmente contam com altos traços de personalismo e com uma figura carismática como líder. Em um contexto de domínio de partidos *catch-all* e profissionais-eleitorais, esses partidos surgem como uma novidade (Taggart, 1996, p. 37). É justamente a ênfase no papel do líder carismático que compele esses partidos a uma organização enxuta e a uma ligação da base de apoiadores do partido não hierárquica em relação ao líder.

O rótulo *partidos de movimento* também tem sido utilizado com frequência para agregar-se a algumas iniciativas mais recentes de protestos de rua liderados por intelectuais e líderes carismáticos em países como Espanha e Itália (Kitschelt, 2006; Passarelli and Tuorto, 2016). Apesar da diferença temporal, já que os casos mais recentes se concentram nos anos 2000, a organização destes últimos partidos não difere substancialmente de seus pares de duas décadas antes.

O Quadro 1 resume os modelos de partido até aqui apresentados²⁹.

Do ponto de vista teórico, o surgimento de novas formas de olhar para os partidos políticos pela ciência política também reverbera abordagens capazes de compreender os partidos de uma forma não mais em relação ao *pathway* de destino, mas sim em relação às suas unidades básicas, ao seu comportamento interno, mirando não ape-

nas os constrangimentos sistêmicos, mas também a forma pela qual partidos políticos se adaptam internamente para compreender suas divisões internas, lançando luz nos partidos como unidades autônomas de suas mudanças.

O comportamento como proxy organizacional

Em geral, a teoria partidária sempre tentou estabelecer generalizações de acordo com as mudanças estruturais da sociedade e do sistema político (a mudança ambiental e sistêmica) ou então estabelecer uma direção natural pela qual todos os partidos caminhariam (o ciclo de vida dos partidos políticos). Contudo o surgimento da abordagem teórica proposta por Katz e Mair (1995) aponta não só o surgimento do tipo cartel de partido, como também uma abordagem que particiona as organizações em:

- *party in the public office*;
- *party on the ground*;
- *party in central office*³⁰.

Os partidos políticos seriam então organizações isósceles e não em perfeito equilíbrio entre suas partes. O que caracterizaria a organização dos partidos seria a relação entre tais dimensões. Privilegiar uma dessas dimensões – o partido no governo ou no parlamento; a relação do partido com sua base de filiados, eleitores e simpatizantes; o poder da burocracia dos escritórios partidários e os diretórios e executivas da agremiação – é o que definiria qual a face predominante e, portanto, o tipo de organização partidária. Isso não se traduz em uma relação de simetria ou de unidimensiona-

29 Novamente, esses modelos, com algumas nuances aqui apresentadas, não diferem do já debatido por Amaral (2013), e o quadro sobre modelos de partido com adições e exclusões aparece frequentemente na literatura (Katz; Mair, 1995; Harmel, 2002; Wolinetz, 2002; Katz, 2020).

30 Vale dizer que essa forma de enxergar os partidos foi proposta por Key Jr. (1949).

Quadro 1 – Modelos de organização partidária.

Partidos Dimensões	Quadros	Massa	<i>Catch-all</i>	Profissional-eleitoral	Cartel	<i>New politics</i>
Composição da liderança	Notáveis	Eleita advinda da base	Eleita + profissionais	Profissionais + eleita + <i>staff</i> contratado	Eleita + profissionais + consultores externos	<i>Flat</i> ou líder carismático
Controle da elite pelo partido	Nenhum	Alto	Baixo	Baixo	Baixo	Alto
Recursos	Grupo de notáveis	Contribuição dos membros	Múltiplos (incluindo contribuição dos membros e subsídios)	Múltiplos (grupos de interesse e subsídios)	Subsídios	Subsídios
Base eleitoral	Eleitorado limitado	Filiados + simpatizantes	Eleitorado	Eleitorado	Eleitorado	Filiados + simpatizantes
Estratégia de ação partidária-eleitoral	Ativista	Ativista	Monetarizada	Mista	Monetarizada	Mista
Membros ativos	Pequenos grupos de membros	Militantes	Membros, burocratas e profissionais	Membros, burocratas e profissionais	Profissionais	Membros
Importância representativa	Baixa	Alta	Baixa	Média	Nenhuma	Alta
Filiação (tamanho)	Muito limitada	Ampla	Ampla	Ampla	Média	Baixa
Importância dos filiados em relação às elites	Nenhuma	Alta	Baixa	Baixa	Nenhuma	Alta
Organização	Autonomia da elite	Controle da elite pela base	Hierárquico	Hierárquico	Estratárquico	<i>Flat</i>

fonte: adaptado de Harmel (2002, p. 123).

lidade, mas sim de assimetria nas ações e nas escolhas do partido ao privilegiar uma dimensão em relação à outra. Seria então a interação e o (des)equilíbrio entre as faces das legendas que caracterizaria cada modelo de partido político. O próprio modelo cartel de partido seria caracterizado por uma disputa entre a face pública dominante do partido em relação às outras duas. Já o modelo de partido *catch-all*, por exemplo, seria o espaço em que ocorrem as disputas entre

o partido no governo/parlamento e a base partidária de eleitores e filiados.

Ainda que o modelo teórico de Katz e Mair (1994) tenha inflado novos ares na teoria partidária, a conclusão sobre o partido cartel carrega em si a linearidade que os próprios autores criticavam. Para Wolinetz (2002; 2004), as tipologias até então construídas foram incapazes de perceber as diferentes realidades ocorridas no mundo todo após a ascensão das democracias na América Latina e na África.

A partir daí, Wolinetz elabora uma tipologia flexível, capaz de lidar com a diversidade de partidos encontrados e com a extensão longitudinal dos estudos de política comparada.

A tipologia proposta por Wolinetz (2002) tem como principal evidência o comportamento partidário no legislativo, na relação com a sociedade ou nas eleições. Para tanto, o autor propõe que os partidos sejam vistos com base no comportamento *vote-seeking*, *office-seeking* e *policy-seeking*. O autor deriva essa tipologia baseada nos estudos de escolha racional de Strom (1990) e Harmel e Janda (1982). Para estes autores, independentemente de como o partido se forma internamente, é o modo como se comporta e suas escolhas em momentos críticos que darão a tônica de como o partido se organiza e se modifica.

A escolha do comportamento como pedra de toque para análise justifica-se com cinco critérios. É mais flexível, tendo em vista que é mais sensível para captar matizes e diferentes realidades nacionais e/ou históricas. Segundo, permite compreender os partidos como organizações que partilham simultaneamente ou em momentos específicos do tempo características comportamentais combinadas. Terceiro: encaixa-se na análise das dinâmicas internas nos partidos, de modo que as subunidades partidárias também possam ser classificadas por esses três “comportamentos”. Ainda, com base no comportamento, podemos mensurar de que modo o partido se organiza, quem privilegia e com quais critérios operacionaliza cada comportamento. Por fim, não coloca os partidos políticos num caminho linear ou evolutivo.

O tipo *policy-seeking* é caracterizado por um partido programaticamente estruturado e busca impor sua agenda de políti-

cas públicas modificando o ambiente onde está inserido. Conta com robusta estrutura organizacional de filiados e a mobiliza para atingir seus objetivos. O tipo *vote-seeking* é a organização, como sugere o nome, preocupada prioritariamente em vencer eleições. A programaticidade do partido é flexível e tende a ser alterada à medida que almeja vitórias eleitorais. Organizativamente mobiliza pouco suas bases e prefere contar com profissionais técnicos para cumprir seu propósito. *Last but not least*, o tipo *office-seeking* tem suas ações voltadas para a participação nos negócios do governo. Típico de sistemas multipartidários, busca não ter compromissos programáticos de modo que dali surge sua principal fonte de sobrevivência. A mobilização de seus membros dá-se em torno de ocupar cargos públicos e adentrar nas negociações de formação de governos suprindo os recursos necessários para sobrevivência no Estado.

Do ponto de vista da operacionalização do modelo de análise, ainda que não se discuta aqui o acesso aos dados, Wolinetz (2002, p. 153) é enfático ao dizer que os comportamentos precisam apresentar regularidade e formas de mensuração confiáveis. Apesar da dificuldade em estabelecer formas de mensuração empírica, o *framework* é vantajoso, já que podemos imaginar que partidos *catch-all* aproximam-se mais do modelo *vote-seeking* do que partidos cartel, mais avizinados do tipo *office-seeking* ou dos partidos de massa que poderiam estar classificados como *policy-seeking*. Uma primeira dificuldade é que diferentes esferas do partido podem ter comportamentos conflitantes. Facções ou setores que gravitam em torno de mais de um comportamento. Por exemplo, a base de filiados e eleitores sendo programática e ideológica, enquanto a burocracia partidária manifesta-

damente pragmática³¹. Ainda que esse seja um problema possível, o modelo de Wolinetz é mais preciso justamente por ser mais elástico e adaptável às tais possíveis incongruências dos comportamentos no interior das legendas.

Ao modo de Wolinetz (1991), Ware (1996) é taxativo ao afirmar que não é possível encontrar uma homogeneidade para a mudança organizacional. Ainda que a contribuição metodológica do primeiro tenha deixado as coisas muito mais dinâmicas, pouco foi aplicado de modo comparado aos partidos políticos ao redor do mundo. Enquanto vemos as explicações sobre mudança nos modelos partidários pelas variáveis macrossociais (mudanças na economia, nos meios de comunicação, nos valores políticos), os autores da abordagem da mudança discreta tendem a afirmar que seria, em contrapartida, a derrota eleitoral a mãe de todas as mudanças organizacionais (Harmel; Janda, 1982, 1994; Bille, 1997; Müller, 1997; Harmel, 2002; Rooduijn; Lange; van der Brug, 2014). O estabelecimento dessa variável explicativa aponta que não é possível realizar generalizações nem ao longo do tempo, tampouco em torno de grandes complexos geopolíticos. Afinal, partidos estão sempre ganhando e perdendo eleições. Assim é impossível acreditar que todos os partidos caminhem em compasso na mesma direção. Como apontam Rooduijn, Lange e van der Brug (2014), a vitória eleitoral pode também ser um fator de mudança organizativa. Na medida em que o partido assume o poder, moderação e mudanças pontuais são valorizadas para assegurar-se na eleição seguinte, ampliando o espectro de votantes.

Não é possível, então, que se encontre apenas uma dimensão na forma com que as organizações mudam e se adaptam às novas realidades (Harmel, 2002). Uma série de estudos tem levantado a multidimensionalidade necessária para a explicação das formas com que os partidos se inserem em novas realidades (Janda, 1970; Daalder, 2007; Ghunter; Hopkin, 2007). Esses autores não têm utilizado nem as mudanças sociais, nem as sistêmicas para criarem modelos de partidos políticos, mas têm se esforçado para combinar tanto as ingerências do ambiente no entorno dos partidos políticos quanto os processos que ocorrem no interior do partido para tentar aproximar os tipos teóricos de partido político das realidades políticas. Esse movimento é especialmente válido para novas democracias, onde os modelos consolidados pelas tipologias de *life-cycle* oferecem pouco espaço para instituições informais, processos de democracia intermitente, heranças autoritárias, baixo desenvolvimento econômico e político (Bogaards, 2004; Helmke; Levitsky, 2004; Hellmann, 2011).

As novas agendas na teoria partidária

Ainda que alguns atentem para as limitações nas tipologias para explicar democracias em desenvolvimento como América Latina, África e Oriente Médio (Gunther; Diamond, 2003; Wolinetz, 2004), os dados e as dimensões apresentadas nas pesquisas contam com amplo apoio de canais oficiais de divulgação nos partidos ou nos órgãos de controle dos governos (Tavits, 2013). Olhando apenas para o caso mais próximo, a América Latina, vemos que os partidos po-

31 Sobre isso, ver a lei da disparidade curvilinear (Kitschelt, 1989).

líticos se sustentaram por longos anos sem que se cumprisse o escrutínio teórico previsto pela ciência política. Não há registros na teoria política de que os partidos desse bloco tenham passado pelo mesmo trajeto que seus irmãos europeus (Sáez; Freidenberg, 2001) de partidos de quadros e/ou de massa até partidos cartel ou partidos movimento. Então, de que modo então esses sobreviveram por tanto tempo e sustentaram suas democracias representativas?

Uma possível resposta está na informalidade institucional com que as agremiações organizaram suas vidas políticas (Helmke; Levitsky, 2004). Não se trata aqui de apontar um novo modelo de partido político, mas sim de colocar com as variáveis organizacionais a preponderância das instituições informais, dos grupos associados aos partidos sem vínculos registrados em estatutos e programas, mas que fazem das legendas um ambiente institucional de mesma força se comparado às outras legendas nas chamadas democracias industriais avançadas (O'Donnell, 1996).

A incorporação dessa variável tem levado os teóricos a rever as conclusões empíricas e a questionar o alcance e a capacidade dos modelos de partidos para explicar as novas democracias. Levitsky (2009), por exemplo, aponta de que forma as associações de bairro e as comunidades locais se identificam e servem de veículo eleitoral e de agitação política para o funcionamento do partido judicialista na Argentina. Alenda e Sepúlveda (2009) apontam como o ambiente em torno dos partidos exerce papel central para que os líderes dos partidos sejam recrutados e formem parte de uma institucionalidade sociologicamente determinada, dando força e unidade aos seus respectivos partidos políticos. O ambiente, zona de incerteza prevista no modelo partidário de Panebianco (2005),

deve ser analisado, nessa perspectiva, como um elemento além dos vínculos formais dos partidos com as associações e os grupos que o circundam.

É preciso notar, como faz Fretel (2011), que os modelos de análise partidária sempre foram baseados num corte ideológico. As variáveis mobilizadas pela literatura sempre valorizaram a relação com as bases sociais e a capacidade mobilizadora dos partidos como um ideal a ser perseguido. Vide, por exemplo, que os modelos teóricos foram construídos em razão do surgimento e do ocaso dos partidos de massa na Europa ocidental. Os partidos de direita foram tidos como um não modelo organizacional (Babireski, 2014). A negação político-teórica no estudo das agremiações de direita contribuiu severamente para a compreensão parcial e a negação dos partidos baseados em outra lógica que não a da participação extensiva dos *rank and file*, da mobilização constante e da relação estreita com determinadas classes sociais. Nesse sentido, o estudo dos partidos de direita é necessário para arejar não somente a política, mas também a nossa compreensão do que sejam os tipos ideais de partidos políticos.

As especificidades, a comparação e as explicações de médio alcance

Cientes das limitações em relação aos grandes modelos tectônicos e evolutivos de partidos e da necessidade em aumentarmos o rigor para que os tipos ideais de partido não sejam apenas uma abstração, alguns estudiosos têm investido nas explicações que tentam lidar com a multiplicidade de partidos, com os avanços metodológicos e com a necessidade de aumentar a validade dos achados na teoria partidária.

A onda de críticas ao modelo de partido cartel (Koole, 1996; Yishai, 2001; Scarrow, 2006; Fretel, 2011; Katz; Mair, 2011) abriu

uma agenda de pesquisa que passa a contar com avanços metodológicos, estudos de caso e acúmulo de dados comparativos. A percepção dos cientistas políticos de que a *cartelização* não ocorria em alguns países (como Países Baixos, Israel, Espanha e os escandinavos) alimentou pesquisas que desafiaram o sentido linear da evolução partidária tanto na Europa quanto em jovens democracias. Em contrapartida, sistemas com democracias consolidadas ausentavam partidos de massas em suas fileiras. A resultante da crítica é um fatiamento dos estudos de organização partidária em que surgem processos específicos com autonomia metodológica e teórica própria. Isso não quer dizer que as grandes questões, como o afastamento ou a aproximação da sociedade e do Estado, a democracia interna e as consequências para o comportamento legislativo, foram abandonadas, mas sim que os processos no interior dos partidos podem servir melhor como *proxy* para apreender a relação entre organização e tais perguntas do que grandes modelos complexos e difíceis de “traduzir” para outros tempos e locais.

A seleção de candidatos é um dos processos que ganha musculatura analítica (Obler, 1974; Gallagher, 1980; Norris; Lovenduski, 1993; Rahat; Hazan, 2001; Rahat, 2005; Morgenstern; Siavelis, 2008; Bolognesi, 2013; Gauja; Cross, 2015). A seleção de candidatos seria capaz de oferecer ao pesquisador o equilíbrio de poder dentro da organização. Determinar *quem* seleciona e *como* se seleciona revelaria a concentração de poder nas esferas partidárias, se concentrada nos filiados, na média burocracia, no grupo de líderes etc. Seria também capaz de mostrar os níveis de centralização organizacional dos partidos, visto que partidos centralizados concentrariam a nomeação de candidatos nas executivas nacionais en-

quanto organizações descentralizadas conduziriam o processo nas subunidades regionais ou locais. A forma da seleção desvela a dimensão da democracia interna nas agremiações partidárias. Partidos que realizam a seleção pelo método da votação entre delegados, por exemplo, seriam mais democráticos do que aqueles em que um grupo de líderes ou um único líder montaria a lista de candidatos eleitorais.

Paradoxalmente, processos realizados pelo conjunto de filiados do partido tendem a ser menos democráticos. Seja para a escolha de candidatos ou para a escolha de líderes do partido, a ampliação do sufrágio nas legendas tenderia a criar uma massa amorfa que seria facilmente dominada por líderes carismáticos — uma releitura do argumento elitista da incapacidade das massas (Wittkopf; Maggioletto, 1983; Katz; Mair, 2009). Ainda que esse argumento não tenha sustentação empírica para alguns casos (Seyd; Whiteley, 2004), já que filiados participativos são também mais críticos às elites do partido e podem não os endossar. Contudo o argumento se centra na ausência de representatividade, que seria diluída com a participação de uma multidão de membros. Hazan e Rahat (2010) defendem que a diluição da representação política na ideia de um voto por indivíduo ocorreria na sistemática sub-representação de minorias incapazes de emplacar seus representantes nas nominatas eleitorais. Instâncias como o colégio de delegados teriam a habilidade para sobrerrepresentar grupos tradicionalmente excluídos. Norris (2006) aponta ainda para o caráter instrumental de processos internos como as prévias. Nos Estados Unidos, essas serviriam apenas para legitimar disputas de patronagem partidária, dado que o processo seria um cenário democrático em que o filiado

comum quase não dispõe de poder decisório sobre as escolhas feitas na cúpula dos partidos e apresentadas como uma disputa de baixa competitividade.

Nessa mesma toada, os estudos sobre a formação, a manutenção e a saída de lideranças servem como um *proxy* das organizações partidárias ao revelarem como o poder é distribuído no interior dos partidos (Bille, 1997; LeDuc, 2001; Cross; Blais, 2011; Pilet; Cross, 2014). Seja pela forma ou pelo locus da seleção dos líderes de partido, a análise da nomeação das lideranças explicita a forma com que os partidos políticos em democracias industriais avançadas caminharam para a democratização de seus processos internos por meio da participação de quantitativos elevados de membros ao longo dos últimos anos e como tal processo transferiu poder para a coalizão de líderes que controla o partido e as disputas menos competitivas (Pilet; Cross, 2014, p. 234).

Uma seara consolidada na literatura internacional é a de estudo de membros e filiados nos partidos políticos (Scarrow, 1996; Cross; Young, 2004; Seyd; Whiteley, 2004; Scarrow and Gezgor, 2010; Van Biezen; Mair; Poguntke, 2012; Kölln, 2014; van Haute; Gauja, 2015). A ascensão dos partidos *catch-all* e cartel e a mudança no modo de se comunicar politicamente, nos valores pós-materialistas e na relação dos partidos com as novas classes sociais tornaram a participação política presencial dispensável, e então a participação deixa de ocupar o centro da mobilização eleitoral e da agitação política a ponto de partidos dispensarem por completo seus membros (Mazzoleni; Voerman, 2016). Como tendência geral, o que se nota é o declínio da filiação nas grandes agremiações (Scarrow; Gezgor, 2010) e, ao mesmo tempo, um retorno da participação dos filiados nos partidos de protesto com o

tipo *new politics* de partido (Poguntke, 1989; van Biezen, 2000; Kitschelt, 2006).

Ainda embrionário, o estudo de finanças partidárias está restrito aos casos de poucos países concentrados na Europa e na América do Norte. Demarcando uma fronteira com os estudos de financiamento eleitoral (Samuels, 2001; Van Biezen, 2010; Speck; Mancuso, 2014), em que imperam as análises sobre gastos e arrecadações de campanhas eleitorais, os estudos de finanças partidárias começam a delinear como os partidos gastam dinheiro internamente para manter suas estruturas de funcionamento e fortalecer sua organização (Heidenheimer, 1963; Pinto-Duschinsky, 1989; 2002; Smith, 2004; Nassmacher, 2009; Carlson, 2012; Blumenberg, 2015; Smulders; Maddens, 2018; Roeder, 2019).

Remontando à abordagem comportamental de Wolinetz (2002), os gastos com a manutenção da organização seriam capazes de revelar o polo organizacional em que os partidos se encontram. Nassmacher (2009), por exemplo, mostra que os partidos nos Estados Unidos gastam quantias muito menores em anos “comuns” do que em eleitorais e não mantêm uma folha de pagamento de funcionários em períodos não eleitorais o que aponta para organizações do tipo *vote-seeking*. Já no Reino Unido, na Áustria, na Dinamarca e na Alemanha observa-se uma diferença inferior entre anos eleitorais e anos não eleitorais, apontando para uma vitalidade partidária que privilegia também comportamentos do tipo *policy-seeking* (Blumenberg, 2015). Mesmo em países onde o gasto partidário se concentra em anos eleitorais, é possível notar diferenças entre os partidos ali enraizados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Partido Democrata tende a fortalecer a organização partidária ofertando recursos financeiros de forma desigual ao privilegiar

candidatos com menor potencial eleitoral em disputas com *incumbents* republicanos. Ainda, a intensificação de despesas partidárias com profissionais técnicos pode servir para evidenciar a transformação dos partidos ao longo do tempo no sentido do modelo *profissional-eleitoral* de Panebianco (2005).

Por fim, os dados sobre custos partidários apontam, no limite, para o custo das democracias. Saber o nível de gastos, quanto os partidos gastam em perspectiva comparada, permite concluir a direção e a robustez democráticas dos países (Smulders; Maddens, 2017). Gastos com manutenção da organização, com a contratação de profissionais de pesquisas eleitorais e comunicação política, processos de recrutamento e até mesmo de apoio de iniciativas parlamentares indicam como os partidos políticos têm modificado sua relação com a competição política nas democracias avançadas.

Já ao começo deste século a mesma percepção que toma conta dos pesquisadores preocupados em estudar as diferentes esferas dos partidos políticos como forma de acessar empiricamente a organização ganha fôlego com publicações que comparam estruturas organizacionais entre partidos e países. A mesma fé que criticou os modelos evolutivos de partido foi a que animou a busca por modelos modestos e que permitissem conclusões de médio alcance, mas com validade e replicabilidade fortalecidas. O primeiro passo é reconhecer que existe uma *démarche* conceitual que coloca a estrutura organizacional³² como uma parte da organização partidária que pode ser analisada em si. Alguns autores como Sáez e Freidenberg (2000) já apontavam o desacoplamento teórico neces-

sário entre as dinâmicas organizativas de poder e as bases concretas onde estas ocorriam. Mas é somente nos últimos anos que esse debate ganha força.

Tavits (2013) realiza um esforço entre os partidos nos regimes pós-comunistas do Leste Europeu para apontar como a quantidade de filiados, de funcionários do partido, de escritórios (diretórios) políticos impactam o sucesso dos partidos em amearhar votos. Outra abordagem anterior busca comparar os partidos nos Estados Unidos e no Reino Unido para entender de que forma as estruturas organizacionais podem ser mobilizadas para atenderem objetivos diferentes (Janda, 1970; 1983; Harmel; Janda, 1994; Janda; Colman, 1998). Em linhas gerais, os autores apresentam achados que colocam os partidos americanos em pé de igualdade com seus pares europeus. Ambos países contam com robusta rede de escritórios, de funcionários, de recursos materiais, cobertura territorial e complexidade de órgãos especializados (setores administrativos dedicados a tratar de temas específicos como meio ambiente, minorias sociais, relações internacionais etc.). O que diferencia é como cada partido mobiliza essa estrutura, para qual objetivo: os partidos europeus para persecução de bases programáticas, enquanto os americanos para a atuação eleitoral.

Quando analisados em recorte temporal, essas pesquisas revelam não mais mudanças tectônicas, mas mudanças incrementais — também chamadas de discretas — que apontam para as transformações lentas e não lineares dos sistemas partidários. É a quantidade de recursos que a liderança possui à sua disposição *vis-à-vis* os burocrata-

32 Diferentes termos, como *força organizacional*, *ossatura partidária*, *infraestrutura partidária*, foram utilizados para denominar *estrutura organizacional*. Utilizaremos o último, já que a maior parte dos cientistas políticos concentra nos grandes centros de estudos partidários o fez (Scarrow; Webb; Poguntke, 2017).

tas do partido, se os recursos estão agora concentrados no *central office* ou dispersos pelas unidades regionais, se o partido capta suas posses priorizando o Estado ou as organizações no entorno partidário que pode mostrar como o sistema partidário de um país muda em conjunto, ainda que de forma pontual (Harmel; Janda, 1994). Ainda, a morfologia da estrutura organizacional comparada, quando tratada como variável dependente, permite saber dos impactos dos arranjos institucionais em que diferentes partidos estão inseridos (Webb and Keith, 2017).

Considerações finais

Como observamos, é impossível dar conta de todos os detalhes, bem como de todos os modelos de organização partidária previstos na literatura. Uma retomada na classificação ideológica e organizativa pode ser encontrada em Gunther e Diamond (2003) para o leitor que deseja compreender de que forma conceitos diferentes (como partidos classistas de massa, partidos leninistas ou partidos de integração) designaram modelos muito parecidos entre si.

Dado que aqui tratamos do que é mais comum e mais aceito, tentamos apresentar de forma instrutiva as principais formas teóricas de como os partidos políticos foram elaborados e apresentados ao longo da história. Não pretendíamos realizar um levantamento exaustivo, mas sim didático do tema da organização partidária.

Feito esse levantamento, restam-nos algumas observações que, acreditamos, mereçam ser colocadas em prática.

A primeira é que a literatura sobre partidos tem uma diversidade enorme metodológica. Não há — exceto na proposta de Robert Harmel (2002) em utilizar o modelo de Angelo Panebianco (2005) como guia —

uma unidade para comparações entre partidos e entre países. Mesmo quando estamos ante um mesmo país, os estudos monográficos são a tônica e não partilham de um desenho de pesquisa comum para traçarmos conclusões confiáveis acerca dos achados empíricos.

Ainda, o investimento nas novas democracias na busca por material empírico é escasso. As teses sobre o sistema político nesses países dominaram a literatura de forma que restou espaço reduzido para estudos sobre organização partidária no Brasil e em seus vizinhos. A inserção de novas variáveis, de novas dimensões na análise dos partidos políticos depende de achados sistemáticos (repetidos, replicados) e comparáveis.

Por fim, é necessário que se parta da literatura com modelos flexíveis. Talvez a proposta de Wolinetz (2002) seja um bom começo. Ainda se adotarmos as dimensões de análise de Panebianco (2005) utilizando o cabedal metodológico proposto por Wolinetz, devemos ter em conta um *framework* ótimo para modernamente estudarmos as organizações partidárias comparativamente.

O que se observa em boa parte das críticas presentes na literatura que revisa cada novo modelo partidário é a necessidade em se criar especificidades teóricas e metodológicas para responder às novas realidades. O único esforço no sentido contrário parece ter sido o de Wolinetz (2002) e os recentes esforços na comparação de médio alcance introduzidos pelos advogados da estrutura organizacional partidária (Tavits, 2013; Webb and Keith, 2017). Além do ganho em se abandonar a ideologia como elemento central para o estudo dos partidos políticos, a flexibilidade que sugerem esses modelos teóricos poderia ser adotada como guia por todos os estudiosos comprometidos com as necessárias replicabilidade e comparação.

Referências

- ALEND, S.; SEPÚLVEDA, J. I. Pensar el cambio en las organizaciones partidistas: perfiles dirigenciales y trayectorias de moderación en la Concertación e la Alianza. In: DE LA FUENTE, G. *et al.* (org.). **Economía, Instituciones y Política en Chile**. Santiago: SEGPRES, 2009. p. 135-180.
- AMARAL, O. E. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 11-32, 2013. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.38429>
- BABIRESKI, F. R. **A direita no Brasil, Chile e Uruguai**: estudo dos programas e manifestos partidários. Curitiba: UFPR, 2014.
- BILLE, L. Democratizing a democratic procedure: myth or reality? Candidate selection in western european parties, 1960-1990. **Party Politics**, v. 7, n. 3, p. 363-380, 2001. <https://doi.org/10.1177%2F1354068801007003006>
- BILLE, L. Leadership change and party change: the case of Danish Social Democratic Party. **Party Politics**, v. 3, n. 3, p. 379-390, 1997. <https://doi.org/10.1177%2F1354068897003003006>
- BLUMENBERG, M. S. A comparative analysis of the spending structure of political parties. In: RC 20 PSA MEETING, 2015. Provence, 2015.
- BOCHSLER, D. Measuring party nationalisation: A new Gini-based indicator that corrects for the number of units. **Electoral Studies**, v. 29, n. 1, p. 155-168, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2009.06.003>
- BOGAARDS, M. Counting parties and identifying dominant party systems in Africa. **European Journal of Political Research**, v. 43, n. 2, p. 173-197, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2004.00150.x>
- BOIX, C.; STOKES, S. C. **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford: OUP, 2007.
- BOLLEYER, N. **New parties in old party systems**: persistence and decline in seventeen democracies. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BOLOGNESI, B. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 45-68, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200004>
- BORZ, G.; JANDA, K. Contemporary trends in party organization: Revisiting intra-party democracy. **Party Politics**, v. 26, n. 1, p. 3-8, 2018. <https://doi.org/10.1177/1354068818754605>
- BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. **The Oxford Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- CARAMANI, D. **Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- CARAMANI, D. **The nationalization of politics**: the formation of national electorates and party systems in western Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CARLSON, M. Financing democracy in Japan: The allocation and consequences of government subsidies to political parties. **Party Politics**, v. 18, n. 3, p. 391-408, 2012. <http://doi.org/10.1177/1354068810380086>
- CARRERAS, M. Party Systems in Latin America after the Third Wave: A Critical Re-assessment. **Journal of Politics in Latin America**, v. 4, n. 1, p. 135-153, 2012. <https://doi.org/10.1177%2F1866802X1200400105>
- CARTY, R. K. Parties as franchise systems: the strataarchical organizational imperative. **Party Politics**, v. 10, n. 1, p. 5-24, 2004. <https://doi.org/10.1177/1354068804039118>

- CARTY, R. K.; CROSS, W. Can Stratarchically Organized Parties be Democratic? The Canadian Case. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, v. 16, n. 2, p. 93-114, 2006. <https://doi.org/10.1080/13689880600715912>
- CARTY, R. K.; CROSS, W. Political Parties and the Practice of Brokerage Politics. *In*: COURTNEY, J. C.; SMITH, D. E. (org.). **The Oxford Handbook of Canadian Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 191-207. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195335354.003.0011>
- COX, G. W.; ROSENBLUTH, F. Reducing nomination errors: Factional competition and party strategy in Japan. **Electoral Studies**, v. 13, n. 1, p. 4-16, 1994. [https://doi.org/10.1016/0261-3794\(94\)90003-5](https://doi.org/10.1016/0261-3794(94)90003-5)
- CROSS, W.; BLAIS, A. Who selects the party leader? **Party Politics**, v. 18, n. 2, p. 127-150, 2011. <https://doi.org/10.1177/1354068810382935>
- CROSS, W.; YOUNG, L. The Contours of Political Party Membership in Canada. **Party Politics**, v. 10, n. 4, p. 427-444, 2004. <https://doi.org/10.1177/1354068804043907>
- DAALDER, H. Partidos negados, obviados o redundantes? Una crítica. *In*: MONTERO, J. R.; GHUNTER, R.; LINZ, J. J. (org.). **Partidos políticos: Viejos conceptos y nuevos retos**. Madrid: Editorial Trotta, 2007. p. 49-70.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Editora UnB, 1980.
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 465 p.
- DUVERGER, M. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- EPSTEIN, L. D. **Political Parties in the American Mold**. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.
- EPSTEIN, L. D. **Political Parties in Western Democracies**. Londres: Transaction Publishers, 1967.
- FRETEL, J. Qual sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 321-349, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100012>
- GALLAGHER, M. Candidate Selection in Ireland: The Impact of Localism and the Electoral System. **British Journal of Political Science**, v. 10, n. 4, p. 489-503, 1980. <https://doi.org/10.1017/S0007123400002350>
- GAUJA, A. **Party reform: The causes, challenges, and consequences of organizational change**. Oxford: Oxford University Press/ECPR, 2017.
- GAUJA, A.; CROSS, W. Research Note: The Influence of Party Candidate Selection Methods on Candidate Diversity. **Representation**, v. 51, n. 3, p. 287-298, 2015. <https://doi.org/10.1080/00344893.2015.1108359>
- GHUNTER, R.; HOPKIN, J. Una crisis de institucionalización: el colapso de UCD en España. *In*: MONTERO, J. R.; GUNTHER, R.; LINZ, J. (org.). **Partidos políticos: Viejos conceptos y nuevos retos**. Madrid: Fundación Alfonso Martín Escudero/Editorial Trotta, 2007.
- GOERTZ, G. **Social Science Concepts: A user's guide**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- GUARNIERI, F. **Organização partidária e coordenação pré-eleitoral nas eleições majoritárias brasileiras (1996-2008)**. *In*: ENCONTRO DA ABCP, 7., 2010. Recife, 2010.
- GUNTHER, R.; DIAMOND, L. Species of Political Parties: A New Typology. **Party Politics**, v. 9, n. 2, p. 167-199, 2003. <http://doi.org/10.1177/13540688030092003>

- HANDS, G. Roberto Michels and the Study of Political Parties. **British Journal of Political Science**, v. 1, n. 2, p. 155-172, 1971. <https://doi.org/10.1017/S0007123400009029>
- HARMEL, R. Party organizational change: competing explanations? *In*: LUTHER, K. R.; MÜLLER-ROMMEL, F. (org.). **Political parties in the New Europe**: political and analytical challenges. Oxford: Oxford University Press, 2002. 391 p.
- HARMEL, R.; JANDA, K. An integrated theory of party goals and party change. **Journal of Theoretical Politics**, v. 6, n. 3, p. 259-287, 1994.
- HARMEL, R.; JANDA, K. **Parties and their environments**: limits to reform? Nova York: Longman, 1982.
- HAZAN, R. Y.; RAHAT, G. **Democracy within Parties**: candidate selection and their political consequences. Oxford: Oxford University Press, 2010. <http://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199572540.001.0001>
- HEIDENHEIMER, A. J. Comparative Party Finance: Notes on Practices and Toward a Theory. **The Journal of Politics**, v. 25, n. 4, p. 790, 1963. <http://doi.org/10.2307/2127432>
- HELLMANN, O. **Political parties and electoral strategy**. The development of party organization in East Asia. Nova York: Palgrave MacMillan, 2011.
- HELMKE, G.; LEVITSKY, S. Informal Institutions and Comparative Politics: A Research Agenda. **Perspectives on Politics**, v. 2, n. 4, p. 725-740, 2004. <http://doi.org/10.1017/S1537592704040472>
- HOPKIN, J.; PAOLUCCI, C. The business firm model of party organisation: Cases from Spain and Italy. **European Journal of Political Research**, v. 35, n. 3, p. 307-339, 1999. <https://doi.org/10.1023/A:1006903925012>
- HUNTINGTON, S. P. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.
- JANDA, K. A comparative analysis of party organizations: the United States, Europe, and the world. *In*: CROTTY, W. J. (org.). **The Party Symbol**. San Francisco: W. H. Freeman, 1980a. p. 339-358.
- JANDA, K. **A conceptual framework for the comparative analysis of political parties**. Beverly Hills: Sage, 1970. v. 1.
- JANDA, K. A Worldwide Study of Political Parties. *In*: MITTMAN, B.; BORMAN, L. (org.). **Personalized data base systems**. Nova York: Wiley, 1975. p. 129-137.
- JANDA, K. Cross-National measures of party organizations and organizational theory. **European Journal of Political Research**, v. 11, n. 3, p. 319-332, 1983. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1983.tb00065.x>
- JANDA, K. **Political parties**: a cross-national survey. Nova York: The Free Press, 1980b.
- JANDA, K.; COLMAN, T. Effects of Party Organization on Performance During the “Golden Age” of Parties. **Political Studies**, v. 46, n. 3, p. 611-632, 1998. <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00157>
- KATZ, R. S. Political parties. *In*: CARAMANI, D. (org.). **Comparative Politics**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 213-230.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. Cadre, Catch-All or Cartel?: A Rejoinder. **Party Politics**, v. 2, n. 4, p. 525-534, 1996. <https://doi.org/10.1177/1354068896002004005>
- KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995. <https://doi.org/10.1177/1354068895001001001>
- KATZ, R. S.; MAIR, P. How parties organize. Londres: Sage, 1994. 388 p.

- KATZ, R. S.; MAIR, P. Parties, interest groups and cartels: A comment. **Party Politics**, v. 18, n. 1, p. 107-111, 2011. <https://doi.org/10.1177/1354068811422644>
- KATZ, R. S.; MAIR, P. The Cartel Party Thesis: A Restatement. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 4, p. 753-766, 2009. <https://doi.org/10.1017/S1537592709991782>
- KEY JR., V. O. **Suthern politics in state and nation**. Nova York: A Caravelle, 1949.
- KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000100014&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 ago. 2012. <http://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100014>
- KITSCHULT, H. Movement parties. *In*: KATZ, R. S.; CROTTY, W. (org.). **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage Publications, 2006. p. 560.
- KITSCHULT, H. The Internal Politics of Parties: The Law of Curvilinear Disparity Revisited. **Political Studies**, v. 37, n. 3, p. 400-421, 1989. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1989.tb00279.x>
- KÖLLN, A.-K. Party Politics Party membership in Europe: Testing party-level explanations of decline. **Party Politics**, v. 22, n. 4, p. 465-477, 2014. <http://doi.org/10.1177/1354068814550432>
- KOOLE, R. Cadre, catch-all or cartel? A comment on the notion of the Cartel Party. **Party Politics**, v. 2, n. 4, p. 507-523, 1996. <https://doi.org/10.1177%2F1354068896002004004>
- KROUWEL, A. **The catch-all party in Western Europe 1945-1990: a study in arrested development**. Tese (Doutorado) – Vrije Universiteit, Amsterdã, 1999.
- KWAK, J.-Y.; JANDA, K. Measuring party system: revisiting competitiveness and volatility in parliamentary party systems. **The Korean Journal of Area Studies**, v. 28, n. 2, p. 21-49, 2010.
- LAPALOMBARA, J. Reflections on Political Parties and Political Development, Four Decades Later. **Party Politics**, v. 13, n. 2, p. 141-154, 2007. <https://doi.org/10.1177/1354068807073851>
- LAWSON, K.; POGUNTKE, T. **How Political Parties Respond**. Interest aggregation revisited. Abingdon: Routledge, 2004.
- LEDUC, L. Democratizing Party Leadership Selection. **Party Politics**, v. 7, n. 3, p. 323-341, 2001. <https://doi.org/10.1177/1354068801007003004>
- LEVITSKY, S. Institutionalization: unpacking the concept and explaining party change. *In*: COLLIER, D.; GERRING, J. (org.). **Concepts and methods in social science: the tradition of Giovanni Sartori**. Oxford: Routledge, 2009. p. 315-328.
- MAZZOLENI, O.; VOERMAN, G. Memberless parties: Beyond the business-firm party model? **Party Politics**, v. 23, n. 6, p. 783-792, 2016. <https://doi.org/10.1177/1354068815627398>
- MEGUID, B. M. Competition Between Unequals : The Role of Mainstream Party Strategy in Niche Party Success. **The American Political Science Review**, v. 99, n. 3, p. 347-359, 2005. <https://doi.org/10.1017/S0003055405051701>
- MICHELS, R. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Lisboa: Antígona, 1911.
- MICHELS, R. Some reflections on the sociological character of political parties. **The American Political Science Review**, v. 21, n. 4, p. 753-772, 1927. <https://doi.org/10.2307/1947592>

- MORGAN, G. *et al.* **The Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MORGENSTERN, S.; SIAVELIS, P. M. Pathways to power and democracy in Latin America. *In*: SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. (org.). **Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2008.
- MUDDE, C. The Paradox of the Anti-Party Party: Insights from the Extreme Right. **Party Politics**, v. 2, n. 2, p. 265-276, 1996. <https://doi.org/10.1177/1354068896002002006>
- MUDDE, C. The populist radical right: A pathological normalcy. **West European Politics**, v. 33, n. 6, p. 1167-1186, 2010. <https://doi.org/10.1080/01402382.2010.508901>
- MÜLLER, W. C. Inside the black box: a confrontation of party executive behavior and theories of party organizational change. **Party Politics**, v. 3, n. 3, p. 293-313, 1997. <https://doi.org/10.1177%2F1354068897003003002>
- NASSMACHER, K.-H. **The Funding of Party Competition: Political Finance in 25 Democracies**. Baden-Baden: Nomos, 2009.
- NEUMANN, S. **Modern Political Parties**. Chicago: University of Chicago Press, 1955.
- NOHLEN, D. **Elections in the Americas: a data handbook**. Oxford: Oxford University Press, 2005. v. 2.
- NORRIS, P. Recruitment. *In*: KATZ, R.; CROTTY, W. (org.). **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage Publications, 2006. p. 89-108.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. "If Only More Candidates Came Forward": Supply-Side Explanations of Candidate Selection in Britain. **British Journal of Political Science**, v. 23, n. 3, p. 373-408, 1993.
- NOVAES, L. M. Modular Parties Making Clientelism Work in Volatile Systems. *In*: BROKERING VOTES: CLIENTELISM IN COMPARATIVE PERSPECTIVE, 2015, Berkeley. Berkeley: University of California, 2015.
- OBLER, J. Intraparty Democracy and the Selection of Parliamentary Candidates: the Belgian Case. **British Journal of Political Science**, v. 4, n. 2, p. 163-185, 1974. <https://doi.org/10.1017/S0007123400009455>
- O'DONNELL, G. Uma outra institucionalização: América Latina e Alhures. **Lua Nova**, n. 37, p. 5-31, 1996. <http://doi.org/10.1590/S0102-64451996000100002>
- ÖHMAN, M.; SQUARE, E.; LONDON, N. Incumbency versus Change: the influence of candidate selection on the turnover of MPs in emerging democracies. *In*: INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION MEETING, 2006. Fukuoka, 2006.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PASSARELLI, G.; TUORTO, D. The Five Star Movement. Purely a matter of protest? The rise of a new party between political discontent and reasoned voting. **Party Politics**, v. 24, n. 2, p. 129-140, 2016. <https://doi.org/10.1177%2F1354068816642809>
- PILET, J.-B.; CROSS, W. P. **The Selection of Political Party Leaders in Contemporary Parliamentary Democracies: a comparative study**. Londres: Routledge, 2014.
- PINTO-DUSCHINSKY, M. Financing Politics: A Global View. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 4, p. 69-86, 2002. <http://doi.org/10.1353/jod.2002.0074>
- PINTO-DUSCHINSKY, M. (1985). Trends in british political funding 1983-1987. **Parliamentary Affairs**, v. 42, n. 2, p. 197-212, 1989. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.pa.a052190>

- POGUNTKE, T. New politics and party systems: the emergence of a new type of party? **West European Politics**, v. 10, n. 1, p. 76-88, 1987a. <https://doi.org/10.1080/01402388708424615>
- POGUNTKE, T. The “New Politics Dimension” in european green parties. In: MÜLLER-ROMMEL, F. (org.). **New politics in Western Europe: the rise and success of Green Parties and Alternative Lists**. Boulder: Westview Press, 1989.
- POGUNTKE, T. The organization os participatory party - the German Greens. **European Journal of Political Research**, v. 15, n. 6, p. 609-633, 1987b. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1987.tb00896.x>
- PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.
- RAHAT, G. Which Candidate Selection Method Is More Democratic? **CDS Working Papers**, 2005. Disponível em: <<https://escholarship.org/content/qt05n9f4bn/qt05n9f4bn.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2015.
- RAHAT, G.; HAZAN, R. Y. Candidate Selection Methods: An Analytical Framework. **Party Politics**, v. 7, n. 3, p. 297-322, 2001. <http://doi.org/10.1177/1354068801007003003>
- RAHAT, G.; HAZAN, R. Y.; KATZ, R. S. Democracy and Political Parties: On the Uneasy Relationships between Participation, Competition and Representation. **Party Politics**, v. 14, n. 6, p. 663-683, 2008. <http://doi.org/10.1177/1354068808093405>
- RANDALL, V.; SVÅSAND, L. Party institutionalization in new democracies. **Party Politics**, v. 8, n. 1, p. 5-29, 2002. <https://doi.org/10.1177%2F1354068802008001001>
- ROEDER, K. M. Com que os partidos gastam seus recursos financeiros? Uma proposta de tipologia de gastos partidários. In: ENCONTRO ANUAL, 43., 2019, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2019. p. 24.
- ROODUIJN, M.; LANGE, S. L.; VAN DER BRUG, W. A populist Zeitgeist? Programmatic contagion by populist parties in Western Europe. **Party Politics**, v. 20, n. 4, p. 563-575, 2014. <https://doi.org/10.1177%2F1354068811436065>
- ROSE, R. **Do parties make a difference?** 2. ed. Londres e Basingstoke: The MacMillan Press, 1984.
- SÁEZ, M. A.; FREIDENBERG, F. Los partidos políticos en America Latina. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 27, p. 17-35, 2001. <https://doi.org/10.14201/alh.2728>
- SÁEZ, M. A.; FREIDENBERG, F. Organización y funcionamiento interno de los partidos políticos en América Latina. In: SÁEZ, M. A.; FREIDENBERG, F. (org.). **Partidos políticos de América Latina**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2000. p. 1-17.
- SAMUELS, D. Money, Elections, and Democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 43, n. 2, p. 27-48, 2001. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2001.tb00398.x>
- SARTORI, G. Comparing and miscomparing. **Journal of Theoretical Politics**, v. 3, n. 3, p. 243-257, 1991. <https://doi.org/10.1177/0951692891003003001>
- SARTORI, G. **Partidos y sistemas de partidos**. Madri: Alianza Editorial, 1980.
- SCARROW, S. E. **Parties and their members**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- SCARROW, S. E. Party subsidies and the freezing of party competition: Do cartel mechanisms work? **West European Politics**, v. 29, n. 4, p. 619-639, 2006. <https://doi.org/10.1080/01402380600842148>
- SCARROW, S. E.; GEZGOR, B. Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. **Party Politics**, v. 16, n. 6, p. 823-843, 2010. <https://doi.org/10.1177/1354068809346078>

- SCARROW, S. E.; WEBB, P. D.; POGUNTKE, T. **Organizing Political Parties Representation, Participation, and Power**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- SCHLESINGER, J. A. On the Theory of Party Organization. **The Journal of Politics**, v. 46, n. 2, p. 369-400, 1984. <https://doi.org/10.2307/2130967>
- SEILER, D.-L. **Os partidos políticos**. Brasília: Imprensa Oficial/Editora da UnB, 2000.
- SEYD, P.; WHITELEY, P. British party members. An overview. **Party Politics**, v. 10, n. 4, p. 355-366, 2004. <https://doi.org/10.1177/1354068804043903>
- SMITH, C. M. Money to burn: Party finance and party organization in Germany and Austria. *In*: MIDWEST POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION CONFERENCE, 2004. **Anais...** 2004. p. 1-46.
- SMULDERS, J.; MADDENS, B. How and why do political parties differ in their spending patterns? An empirical analysis of expenditure on party payroll staff. **International Political Science Review**, v. 40, n. 2, p. 215-230, 2018. <https://doi.org/10.1177/0192512117744677>
- SMULDERS, J.; MADDENS, B. Spending Levels of Political Parties: An Explanation Based on a Multilevel Analysis. **Government and Opposition**, v. 54, n. 2, p. 254-279, 2017. <https://doi.org/10.1017/gov.2017.19>
- SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. A Study on the Impact of Campaign Finance, Political Capital and Gender on Electoral Performance. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 34-57, 2014. <https://doi.org/10.1590/1981-38212014000100002>
- STROM, K. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. **American Journal of Political Science**, v. 34, n. 2, p. 565-598, 1990. <https://doi.org/10.2307/2111461>
- TAGGART, P. A. **The new populism and the new politics**: New protest parties in Sweden in a comparative perspective. Ham: MacMillan, 1996.
- TAVITS, M. Organizing for Success: Party Organizational Strength and Electoral Performance in Postcommunist Europe. **The Journal of Politics**, v. 74, n. 1, p. 83-97, 2012. <https://doi.org/10.1017/S0022381611001198>
- TAVITS, M. **Post-communist democracies and party organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- VAN BIEZEN, I. Campaign and Party Finance. *In*: LEDUC, L.; NIEMI, R. G.; NORRIS, P. (org.). **Comparing Democracies 3**: Election and Voting in Global Perspective. Londres: Sage, 2010.
- VAN BIEZEN, I. On the internal balance of party power: party organizations in new democracies. **Party Politics**, v. 6, n. 4, p. 395-417, 2000. <http://doi.org/10.1177/135406880006004001>
- VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, v. 51, n. 1, p. 24-56, 2012. <http://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2011.01995.x>
- VAN HAUTE, E.; GAUJA, A. **Party Members and Activists**. Abingdon: Routledge, 2015.
- WARE, A. **Political parties and party systems**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- WEBB, P. D.; KEITH, D. Assessing the Strength of Party Organizational Resources: A Survey of the Evidence from the Political Party Database. *In*: SCARROW, S. E. *et al.* (org.). **Organizing Political Parties Representation, Participation, and Power**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB, 1999.

- WILLS-OTERO, L. From party systems to party organizations: the adaptation of Latin American parties to changing environments. **Journal of Politics in Latin America**, v. 1, n. 1, p. 123-141, 2009.
- WILLUMSEN, D. M. **The acceptance of party unity in parliamentary democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2017. <http://doi.org/10.1093/oso/9780198805434.001.0001>
- WITTKOPF, E. R.; MAGGIOTTO, M. A. Elites and Masses: A Comparative Analysis of Attitudes Toward America's World Role. **The Journal of Politics**, v. 45, n. 2, p. 303-334, 1983. <https://doi.org/10.2307/2130128>
- WOLINETZ, S. B. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GHUNTER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (org.). **Political Parties: old concepts, new challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 136-165.
- WOLINETZ, S. B. **Classifying Party Systems: Where Have All the Typologies Gone?** Winnipeg: Memorial University of Newfoundland, 2004.
- WOLINETZ, S. B. Party system change: The catch-all thesis revisited. **West European Politics**, v. 14, n. 1, p. 113-128, 1991. <https://doi.org/10.1080/01402389108424835>
- YISHAI, Y. Bringing Society Back in: Post-Cartel Parties in Israel. **Party Politics**, v. 7, n. 6, p. 667-687, 2001. <https://doi.org/10.1177/1354068801007006001>

Resumo

Organização partidária: modelos de análise e novas agendas

Nos últimos 20 anos, a área de partidos políticos, e especificamente a que trata da organização partidária, desenvolveu novas formas de pesquisa e delineou conclusões inovadoras com base em comparações. Ainda que as contribuições clássicas sobre organizações partidárias sejam fundamentais e devam ser apresentadas, o texto busca acrescentar e atualizar a agenda que trata do tema por meio de novas contribuições. Tendo como ponto de partida dois movimentos, um político e outro científico, apresentam-se as escolas de estudos de organização partidária e seu crescimento nos últimos anos. O objetivo é apontar que o avanço da ciência política, como disciplina metodologicamente equipada, tem causado uma mudança na concepção de partido político e na sua agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Organização partidária; Estrutura organizativa; Partido político; Modelos de partido; Democracia.

Abstract

Party Organizations: models of analysis and a new agenda

In the last twenty years, the field of political parties, and especially the one regarding party organization, developed new ways to research and came up with novel conclusions from comparisons. Even though the classic approach on party organizations are paramount and shall be presented, the text tries to add and update the research agenda on the area as from last contributions. Two changes, one political and another scientific, are the starting point to draw the currents of thought on party organization and its expansion in recent years. The main objective was to stress that Political Science progress, as a methodologically geared up discipline, has been putting forward a light twist on the political party conception and its study.

Keywords: party organization; organizational structure; political party; models of party; democracy.

Résumé

L'Organisation des partis : modèles d'analyse et nouveaux agendas

Dans le cours des vingt dernières années, le domaine des partis politiques, en particulier celui qui traite de l'organisation des partis, a développé de nouvelles formes de recherche et a esquissé des conclusions novatrices à partir de comparaisons. Même si les contributions classiques sur les organisations de partis sont fondamentales et doivent être présentées, le texte tente d'ajouter et d'actualiser l'agenda qui traite de cette question à partir des nouvelles contributions. À partir de deux mouvements, l'un politique et l'autre scientifique, on présente les écoles d'études de parti et leur croissance au cours des dernières années. Le but est de pointer que l'avancement de la science politique comme une discipline méthodiquement équipée a entraîné un changement dans la conception de parti politique et de son programme de recherche.

Mots-clés : Organisation de parti ; Structure organisationnelle ; Parti politique ; Modèles de parti ; Démocratie.

